



ÍNDICE DE LEIS

ANO: 1.990

Nºs	DATA	HISTÓRICO
1.066	02.02.90	Autoriza a abertura de Crédito Especial destinado a custear despesas decorrentes da instalação e funcionamento da Câmara Constituinte Municipal.
1.067	17.04.90	Altera o Artigo 2º da Lei nº 1.061 de 27.12.89, que dispõe sobre a obrigatoriedade da construção de muros e passeios em imóveis urbanos e dá outras providências.
1.068	17.04.90	Autoriza o Poder Público Municipal a fazer doação e a prestar serviços gratuitos ao Urupê Tênis Clube, bem como a fazer doação em numerários à Sociedade Recreativa Treze de Maio e dá outras providências.
1.069	24.04.90	Autoriza abertura de crédito especial na forma que menciona, para a finalidade que define.
1.070	26.04.90	Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar instrumento de constituição de servidão com a CEMIG e dá outras providências.
1.071	19.06.90	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar com a EMATER-MG, Termo de Re-ratificação do convênio celebrado em 18.08.1977, autorizado pela Lei nº 765, de 07.06.1977 e dá outras providências.
1.072	20.06.90	Autoriza o Poder Executivo Municipal a desapropriar bem imóvel que menciona, autoriza o pagamento de indenização que estima e abertura de crédito especial par a finalidade que define e dá outras providências.
1.073	27.07.90	Estabelece diretrizes para o orçamento do município de Campina Verde, para o exercício de 1991 e dá outras providências.
1.074	14.08.90	Altera limite para abertura de créditos suplementares estabelecido no artigo 5º da Lei nº 1.058, de 24.11.1989 fixando a porcentagem para abertura de crédito suplementar para a Câmara Municipal de Campina Verde e dá outras providências.
1.075	14.08.90	Autoriza o município de Campina Verde a fazer doação de bem imóvel de sua propriedade, ao Rotary Clube de Campina Verde e dá outras providências. (Ver Lei nº 1.060/93)
1.076	28.08.90	Institui a unidade de Padrão Fiscal de Campina Verde - U.P.C.V., juntamente com o sistema Municipal de coeficientes corretores de valores e dá outras providências. (Revogada pela Lei nº 1.251/96)
1.077	28.08.90	Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de Minas Gerais, para finalidade que define.
1.078	18.09.90	Dá denominação a Posto Municipal de Saúde.
1.079	18.09.90	Autoriza abertura de crédito especial na forma que menciona, para a finalidade que define, e dá outras providências.
1.080	02.10.90	Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.079, de 18.09.90.



ÍNDICE DE LEIS
ANO: 1.990

Nºs	DATA	HISTÓRICO
1.081	08.11.90	Autoriza o Executivo Municipal a contratar com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, o fornecimento de energia elétrica.
1.082	08.11.90	Institui a taxa de iluminação Pública e dá outras providências.
1.083	14.11.90	Autoriza o Poder Público Municipal, através do Departamento Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, a custear despesas da Associação Atlética Campinaverdense e dá outras providências.
1.084	14.11.90	Altera limite para abertura de créditos suplementares estabelecidos na Lei 1.058, de 24.11.1989 e na Lei nº 1.074, de 14.08.1990, fixando nova porcentagem e dando outras providências.
1.085	14.11.90	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder isenção do pagamento de quota-parte, devida pela implantação de pavimentação asiática em logradouros públicos, a contribuintes de baixa renda e dá outras providências.
1.086	20.11.90	Autoriza o Poder Executivo Municipal, através do Departamento Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, a custear despesas da Associação Atlética Campinaverdense e dá outras providências.
1.087	30.11.90	Aprova o Orçamento Plurianual de investimentos para o triênio 1991/1992.
1.088	30.11.90	Institui subvenções municipais para o exercício financeiro de 1991 e dá outras providências.
1.089	28.12.90	Estima a receita e fixa a despesa do município de Campina Verde-MG., para o exercício financeiro de 1.991.
1.090	28.12.90	Autoriza o Executivo Municipal a negociar com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, a execução de obras de instalação de padrões de entrada populares, ramais de ligação e medidores para atendimento de moradias de famílias de baixa renda no município e dá outras providências.